

**MURILLO DE ARAGÃO**

Por Murillo de Aragão

✓ SEGUINDO

Brasil

## Omissão e caos na segurança pública

Há zonas a que o Estado chega apenas em “expedições”

Por Murillo de Aragão

Atualizado em 31 out 2025, 14h10 - Publicado em 31 out 2025, 06h05



Operação policial contra o Comando Vermelho na Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, no Rio (28/10/2025) (Mauro Pimentel/AFP)



Ouvir texto ▶ ○

0:00 1.0x

A operação policial nos complexos do Alemão e da Penha não foi “mais um confronto” nem comporta a comparação pedestre com o ocorrido no Carandiru. Em São Paulo, tratou-se de um massacre dentro de um presídio,

revidaram à ação do Estado. São naturezas distintas. Independentemente do total de mortes a ser confirmado, não há ocupação territorial de áreas sob controle do crime que seja pacífica — exigir isso seria confundir desejo com realidade.

Com suas virtudes e defeitos, a operação escancarou ao país a dimensão do poder paralelo: capacidade de paralisar bairros inteiros, impor toques de recolher, interromper aulas e serviços, pautar a rotina de quem mora e trabalha nas comunidades. É a materialização do que já se sabe, mas que o Brasil insiste em não encarar: há zonas aonde o Estado chega apenas em “expedições”, sem continuidade, sem presença capaz de substituir o domínio armado por normalidade institucional.

A cena expõe uma omissão prolongada das elites políticas e empresariais. Quem pode se protege com blindagem, segurança particular e tecnologia; quem não pode vive sob o império do medo. Enquanto isso, governos trocam acusações e terceirizam responsabilidades: estados falam em “narcoterrorismo” e cobram a União; a União cobra planejamento e integração. No meio desse empurra-empurra, quem manda é o crime — facções e milícias —, que se adapta, recompõe quadros e volta a ocupar os vazios deixados após cada operação.

**“A fusão entre fuzil e planilha, milícia e sistema financeiro ilegal prospera à sombra do país paralisado”**

A legislação existente é frágil e mostra um Estado arcaico diante de um crime violento e tecnológico. Há um ponto civilizatório que precisa ser dito: a segurança transcende diferenças ideológicas. À esquerda, que resiste a medidas mais duras, cabe olhar para os vulneráveis — os que não têm blindagem ou condomínio fechado. À direita, que empunha o discurso do “*law and order*”, cabe entender segurança como política de Estado, não como palanque. Sem essa convergência mínima, o debate degenera em tribalismo e o crime agradece.

ilegal de combustíveis, contrabando e controle do mercado de cigarros falsificados pelo crime organizado. É a fusão entre fuzil e planilha, milícia e sistema financeiro ilegal, que prospera à sombra de um país paralisado por dilemas institucionais e insegurança jurídica. Sem atacar essa economia subterrânea — suas redes financeiras e logísticas —, qualquer avanço policial será episódico.

Mesmo em países desenvolvidos, o crime continua sendo problema sério. A diferença é que sociedade, governos e agentes econômicos não são omissos: financiam prevenção baseada em evidências, cobram metas públicas, blindam fronteiras e estimulam coordenação entre polícias e Justiça. No Brasil, precisamos construir esse pacto prático e permanente — sem bravatas — para que a lei deixe de ser exceção e volte a ser regra no território nacional.

**Publicado em VEJA de 31 de outubro de 2025, edição nº 2968**

#### MAIS LIDAS

- 1** | **Cultura**  
**A reação ao discurso humanista de Luciano Huck sobre operação no Rio**
- 2** | **Brasil**  
**O que disse padre em missa após aplausos de fiéis a Cláudio Castro**
- 3** | **Cultura**  
**O real motivo que fez William Bonner pedir para sair do 'Jornal Nacional'**
- 4** | **Brasil**  
**O recado de Ratinho a Lula sobre eleição presidencial**
- 5** | **Brasil**  
**Polícia revela o perfil dos 117 civis mortos em megaoperação no Rio**